

A ORGANIZAÇÃO NA OFERTA E DISTRIBUIÇÃO DOS KITS DE ALIMENTOS DURANTE A PANDEMIA: PANORAMA DAS PESQUISAS NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

A ORGANIZATION IN THE OFFER AND DISTRIBUTION OF FOOD KITS DURING THE PANDEMIC: OVERVIEW OF RESEARCH IN THE CONTEXT OF PROFESSIONAL AND TECHNOLOGICAL AND TECHNOLOGICAL EDUCATION

Tânia Terezinha Pinheiro^I 

Daniela Copetti Santos^{II} 

^IInstituto Federal Farroupilha,
Santa Rosa, RS, Brasil.
Mestranda Profissional em
Educação Profissional e
Tecnológica.
E-mail: tania.pinheiro@
iffarroupilha.edu.br

^{II}Instituto Federal Farroupilha,
Santa Rosa, RS, Brasil.
Doutora em Ciências Biológicas.
E-mail: daniela.copetti@
iffarroupilha.edu.br

Resumo: O objetivo deste estudo do “Estado do Conhecimento” foi identificar as pesquisas já existentes e que apresentam relação com a organização na oferta e distribuição dos kits de alimentos durante a pandemia: panorama das pesquisas no contexto da educação profissional e tecnológica. A suspensão de aulas presenciais coloca em risco a garantia do direito humano à alimentação escolar na rede pública de ensino. Este estudo realizado através de revisão bibliográfica utilizou como base de dados a BDTD, CAPES e SciELO, tendo sido utilizado como marco nos anos de 2020 a 2022. Visou conhecer o que se tem produzido de conhecimento sobre a distribuição de kits de alimentos pela rede federal de ensino, a fim de contribuir para o contexto teórico desta pesquisa. Através da incessante busca em referenciais teóricos verificou-se que não existem estudos específicos sobre o tema e são mais restritos na área de alimentação escolar. Com certeza temos muito a contribuir nessa área da educação profissional e tecnológica.

Palavras-chave: Pandemia. Ensino Remoto. Educação Integrada. Kits de alimento.

Abstract: The objective of this study of the “State of Knowledge” was to identify existing research that was related to the organization in the supply and distribution of food kits during the pandemic: an overview of research in the context of professional and technological education. The suspension of face-to-face classes jeopardizes the guarantee of the human right to school meals in the public school system. This study carried out through a systematic review used BDTD, CAPES and SciELO as a database, having been used as a milestone in the years 2020 to 2022. It aimed to know what has been produced in terms of knowledge about the distribution of food kits by the federal network of teaching, in order to contribute to the theoretical context of this research. Through the incessant

DOI: <https://doi.org/10.31512/vivencias.v20i40.1021>

Submissão: 28-03-2023

Aceite: 19-07-2023



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons
Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.

search for theoretical references, it was verified that there are no specific studies on the subject and are more restricted in the area of school meals. We certainly have a lot to contribute in this area of professional and technological education.

Keywords: Pandemic. Remote Learning. Integrated Education. Food kits.

Introdução

Alimentação é um direito fundamental do ser humano, inerente à dignidade da pessoa humana e indispensável à realização dos direitos consagrados na Constituição Federal, devendo o poder público adotar as políticas e ações que se façam necessárias para promover e garantir a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) da população (BRASIL, 2006; BRASIL, 2011). Segundo a Lei Orgânica, entende-se por SAN a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso às outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que seja ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentável (BRASIL, 2006).

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) está presente nos 5.570 municípios brasileiros, atendendo, de forma universal, a mais de 40 milhões de estudantes da educação básica durante o período de permanência nas unidades escolares, que somam em torno de 150 mil escolas, incluindo as instituições federais, filantrópicas e comunitárias conveniadas com o poder público. O Programa prevê o fornecimento de alimentos saudáveis, de qualidade, seguros do ponto de vista sanitário e a utilização de gêneros alimentícios da agricultura familiar (BRASIL, 2020a).

Em 11 de março de 2020, a COVID-19 foi caracterizada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como uma pandemia que se refere à distribuição geográfica de uma doença e não à sua gravidade. A designação reconhece que, no momento, existem surtos de COVID-19 em vários países e regiões do mundo (OPAS, 2020). Diversas medidas foram tomadas para o controle da doença, dentre elas a suspensão de aulas presenciais, colocando em risco a garantia do direito humano à alimentação escolar na rede pública de ensino.

Dada à urgência da situação, os gestores adotaram medidas distintas para continuar fornecendo alimentos aos escolares e, sem respaldo legal, se viram impossibilitados de utilizar os recursos do PNAE para essas ações. O respaldo legal veio em 7 de abril de 2020, por meio da Lei nº 13.987, que autorizou, “em caráter excepcional, durante o período de suspensão das aulas em razão de emergência ou calamidade pública, a distribuição de gêneros alimentícios adquiridos com recursos do PNAE aos pais ou responsáveis dos estudantes das escolas públicas da educação básica”.

Associado a isto, o Fundo Nacional de Desenvolvimento para a Educação (FNDE) publicou uma resolução que dispõe sobre a execução do PNAE durante a calamidade pública,

acompanhada de uma cartilha que teve como objetivo orientar os gestores a lidar com o momento de crise (BRASIL, 2020b).

A partir desse momento, duas preocupações emergiram com relação ao funcionamento do PNAE durante e após o período de calamidade pública. A primeira delas se refere ao caráter universal do programa, pois o primeiro artigo da Resolução 02 dá autonomia às Entidades Executoras (EEx) para definir os critérios de elegibilidade para o recebimento de alimentos ou refeições adquiridas com recursos do PNAE (BRASIL, 2020c). Esta Resolução ressalta que “a elaboração dos kits de alimentos a serem ofertados pelos alunos deveriam seguir parâmetros nutricionais, de qualidade e que permitissem atender as necessidades energéticas e de nutrientes”.

Conforme o “Guia Alimentar para a População Brasileira” (BRASIL, 2014), entende-se que os kits alimentares devem ser compostos, em sua maior parte, por alimentos in natura (ex. frutas e verduras) e minimamente processados (ex. arroz, feijão, massas, entre outros). Em menor proporção, devem conter ingredientes culinários, como óleos, sal e açúcar, até para que sejam estimuladas as preparações culinárias em domicílio e devem ser restritos quanto a alimentos ultra processados (ex. biscoitos, enlatados, embutidos, entre outros).

Dentro deste contexto o objetivo deste estudo foi identificar as pesquisas já existentes e que apresentassem relação com a organização na oferta e distribuição dos kits de alimentos durante a pandemia: panorama das pesquisas no contexto da educação profissional e tecnológica. Em nossa pesquisa procuramos entender como se deu a continuidade da oferta de alimentação escolar aos discentes dos cursos médios integrados da rede federal, durante a pandemia por serem atendidos pelo PNAE, pois fazem parte da educação básica, que tem direito a alimentação escolar.

Metodologia

O presente estudo trata-se de uma pesquisa bibliográfica através de bases de dados como a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), no Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e Scientific Electronic Library Online (SciELO).

Através da metodologia utilizada busca-se identificar o “Estado do Conhecimento” que segundo Morosini e Fernandes (2014, p. 155) se constitui na “identificação, registro, categorização que levem à reflexão e síntese sobre a produção científica de uma determinada área, em um determinado espaço de tempo”.

Para realização desta investigação e para melhor condução da descrição dos resultados, fizemos a classificação de pesquisa a partir da definição das strings, que são palavras-chave que formaram os descritores de busca, a escolha do recorte temporal das produções científicas e a busca das leituras dos resumos dos trabalhos selecionados para revisão.

Os critérios de inclusão e exclusão desta pesquisa nas bases de dados, tanto da BDTD, CAPES e SciELO compreenderam somente publicações em português, com recorte temporal do período de pandemia da Covid-19 (2020 a 2022). As buscas foram realizadas no mês de

setembro a dezembro de 2022. A revisão da literatura foi composta pelos descritores “pandemia”, “ensino remoto”, “alimentação saudável”, “educação integrada”, “Institutos Federais” (IFs), “kits de alimentos”, “isolamento social” e “Covid-19”, que são as palavras-chave utilizadas nesta pesquisa.

Os descritores foram inseridos de maneira individual e posteriormente de forma combinada, com o auxílio dos operadores booleanos para pesquisas: “E”, “OU” em português. A pesquisa na BDTD, vinculada ao Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), foi realizada com o auxílio de filtros de dados presentes na plataforma, o que nos permitiu o refinamento dos artigos. Inicialmente, utilizamos os descritores de forma individualizada com aplicação dos seguintes filtros: **Assunto:** Pandemia; **por idioma:** português; **documento:** dissertação e tese; ano **de defesa:** 2020-2022; **área de conhecimento:** ciências humanas.

Nesse formato de busca foram localizadas cinquenta e oito (58) produções científicas conforme demonstrado no Quadro 01. Destas, trinta e quatro (34) dissertações e vinte e quatro (24) teses. Posteriormente, realizamos a busca utilizando os descritores de forma combinada com o auxílio dos operadores booleanos para pesquisas: “E”, “OU”, onde foi encontrado apenas 01 (um) resultado que constituiu o *corpus* da análise que descrevia a questão dos kits alimentares.

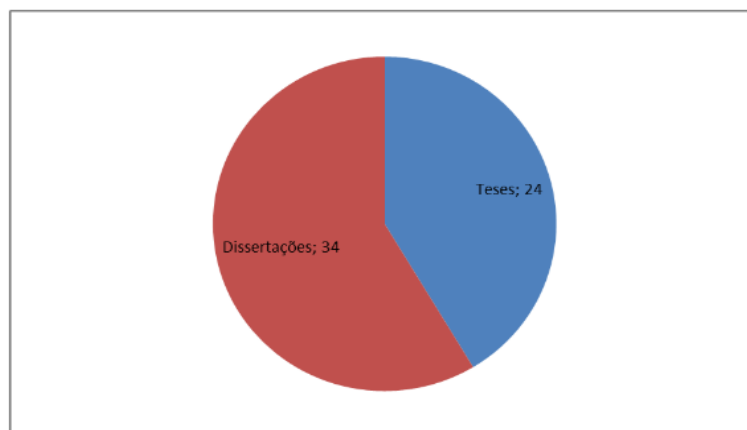
Quadro 01 - Quantitativo de Produções científicas localizadas na base de dados da BDTD por descritores de busca

Descritores da pesquisa	Teses (Doutorado)	Dissertações (Mestrado)	Total de produções científicas
Pandemia	0	02	02
Ensino remoto	0	04	04
Alimentação saudável	00	00	00
Educação integrada	00	00	00
Institutos Federais	21	23	44
Kits de alimentos	00	01	01
Isolamento social	01	02	03
Covid-19	02	02	04
TOTAL	24	34	58

Fonte: Elaborado pela autora

Com base nos dados do Quadro 01, observa-se que a maioria das produções científicas localizadas na base de dados da BDTD originou-se de programas de mestrado, enquanto as produções científicas em programas de doutorado foram mais restritas. Através dos dados apresentados na Figura 01, evidencia-se que existe um campo de estudo a ser explorado e que pode trazer contribuições à Educação Profissional e Tecnológica (EPT).

Figura 01- Demonstrativo de produções científicas localizadas no banco de dados da BDTD



Fonte: Elaborado pela autora

Na biblioteca da CAPES, refinamos os resultados de buscas aplicando os filtros **Tipo:** doutorado, mestrado e mestrado profissional; **Ano:** 2020 a 2022; **Grande Área Conhecimento:** ciências humanas, ciências da saúde; **Área de concentração:** educação; **Área Avaliação:** educação; **Área Concentração:** educação profissional e tecnológica – EPT; e, **Nome do Programa:** educação profissional e tecnológica.

Nessa plataforma, ao utilizar os descritores de forma individualizada, foram localizadas 7.282 (sete mil duzentos e oitenta e dois) produções científicas, conforme demonstrado no Quadro 02. Dessas, 7.213 (sete mil duzentos e treze) dissertações (mestrado), 69 (sessenta e nove) dissertações (mestrado profissional), nenhuma tese. Contudo, considerando a contemporaneidade do tema, ao utilizar os descritores de forma combinada não foi encontrado nenhum resultado de tese e/ou dissertação publicada no período de 2020 a 2022 na EPT.

Quadro 02 - Quantitativo de teses e dissertações por descritores de pesquisa no banco de dados da CAPES

Descritores de Pesquisa	Teses (Doutorado)	Dissertações (Mestrado)	Dissertações (Mestrado Profissional)	Total de Produções científicas
Pandemia	00	62	11	73
Ensino remoto	00	00	07	07
Alimentação saudável	00	00	00	00
Educação integrada	00	7.135	00	7.135
Institutos Federais	00	16	51	67
Kits de alimentos	00	00	00	00
Isolamento social	00	00	00	00
Covid-19	00	00	00	00
Total	00	7.213	69	7.282

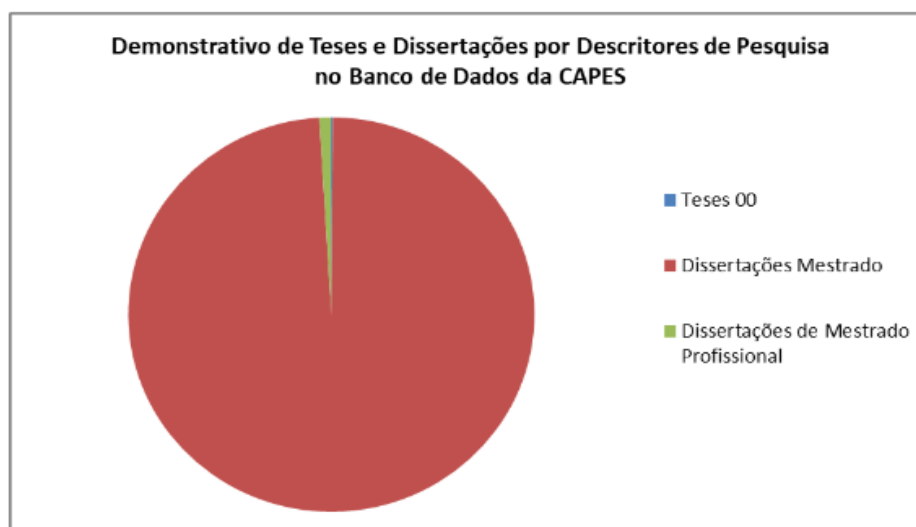
Fonte: Elaborado pela autora

Os dados da Figura 02 apontam que nenhuma produção científica foi localizada na base de dados da CAPES oriunda de programa de doutorado; 7.213 oriundas do programa de mestrado e 69 do programa de mestrado profissional.

Com base nestes dados, constatou-se que a amplitude dos programas de mestrados profissionais decorre das exigências do mundo do trabalho e objetivam capacitar e qualificar profissionais para o enfrentamento de problemas relacionados ao seu ambiente de atuação profissional (MARQUEZAN; SAVEGNAGO, 2019).

Considerando estes dados, parte-se do pressuposto que o campo dos mestrados profissionais, mais especificamente os mestrados em educação constituem-se em uma política pública que visa contribuir para as práticas educativas. Assim, constata-se que os estudos na temática ainda são poucos, por ser muito recente a pandemia e uma área bem específica que é a alimentação escolar.

Figura 02 - Demonstrativo de produções científicas localizadas no banco de dados da CAPES



Fonte: Elaborado pela autora

Na plataforma SciELO, utilizamos os descritores de forma individual e combinada e com aplicação dos seguintes filtros: assunto; ano de defesa: 2020 a 2022; idioma: português; área temática: das ciências. Não identificamos nenhum dado.

Quadro 03 - Quantitativo de teses e dissertações por descritores de pesquisa no banco de dados da SciELO

Descritores de pesquisa	Teses (Doutorado)	Dissertações (Mestrado)	Total de produções científicas
Pandemia	00	00	00
Alimentação e kits de alimentos	00	00	00
Educação integrada e kits de alimentos	00	00	00
Ensino remoto e kits de alimentos	00	00	00

Fonte: Elaborado pela autora

Dessa forma, pode-se afirmar que a Construção do Estado do conhecimento, como atividade acadêmica, tem como objetivos: Conhecer, sistematizar e analisar a produção do campo científico sobre temática; elaborar produção textual para compor a dissertação/ tese; Subsidiar a dissertação e/ou tese, delimitando o tema e ajudando a escolher caminhos metodológicos. Assim, o Estado do Conhecimento vai além da categorização, também são e devem ser realizadas inferências sobre as informações analisadas (MOROSINI, 2015).

Entendemos que essas produções científicas não são suficientes para o corpus da análise e por serem muito distantes do tema deste trabalho, optamos por realizar uma nova pesquisa no google acadêmico utilizando os descritores : “pandemia”, “ensino remoto”, “alimentação saudável”, “educação integrada”, “Institutos Federais (IFs)”, “kits de alimentos”, “isolamento social” e “Covid-19”, de forma combinada para uma seleção de artigos, os quais os temas identificam-se com o propósito deste trabalho. Não obtivemos resultados referentes a teses e dissertações, suficientes para construir o corpus da análise, pois a pesquisa se refere ao ano de 2020 e 2021, durante a pandemia do Covid-19.

Resolvemos pesquisar os artigos que têm relação com o tema desta pesquisa. Inicialmente, obtivemos 158 resultados, provenientes de artigos, utilizando os descritores associados. Primeiramente fizemos a leitura dos títulos, sendo eliminadas aquelas que não contemplassem no título pelo menos uma das palavras “pandemia”, “ensino remoto”, “alimentação saudável”, “educação integrada”, “IFs”, “kits de alimentos”, “isolamento social” e “Covid-19”.

Na sequência, a fim de restringir a quantidade de produções científicas, realizou-se a leitura dos resumos, palavras-chave, objetivos, resultados, sendo considerados aqueles que se assemelha aos objetivos do presente estudo, qual seja “a organização na oferta e distribuição dos kits de alimentos durante a pandemia: Panorama das pesquisas no contexto da Educação Profissional e Tecnológica”. Posteriormente realizamos a leitura das introduções e metodologias a fim de ter certeza de que seriam selecionadas somente as produções científicas que estivessem intimamente ligadas à temática desta pesquisa.

Após, foi adicionado o filtro com o tema: trabalhos publicados em 2020 e 2021, resultando, por fim, em 10 resultados. Destes, identificou-se que a maioria teve como foco principal aspectos relacionados à aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar, alimentação escolar e PNAE. Foram encontrados apenas seis estudos que apresentaram alguma relação dos kits de alimentos durante a pandemia.

As produções científicas (artigos) que foram excluídas do corpus da análise versavam sobre o Programa de Alimentação Escolar: espaço de aprendizagem e produção do conhecimento, produção de conhecimento sobre ensino médio integrado à educação profissional: um panorama cienciométrico, IFs faz diagnóstico da experiência dos estudantes na pandemia, programa nacional de alimentação escolar-PNAE: uma análise de sua gestão no Instituto Federal Farroupilha, a Covid-19 e a educação profissional e tecnológica: um panorama das ações de acompanhamento e enfrentamento da pandemia nos Institutos Federais entre outros.

Resultados e discussões

Mapeamento das produções encontradas

Quadro 4 – Principais artigos relacionados para o corpus da análise.

Título	Autores	Objetivos	Resultados	Ano	IE
Estratégias de Enfrentamento da Pandemia Covid-19 na Alimentação Escolar do Município de Curitiba-PR. Revista Contexto e Saúde Palavras-chave: epidemia por novo Coronavírus 2019. Estratégias locais. Política nutricional. Segurança alimentar e nutricional. Valor Nutricional.	Karine Oltramari, Laís Santos, Juliana et al.	Descrever as estratégias utilizadas para o fornecimento da alimentação escolar no município de Curitiba- PR durante o enfrentamento da pandemia da Covid-19.	Os kits foram montados e fornecidos pelas empresas, contratadas por processo licitatório, que atendem a Prefeitura Municipal de Curitiba (PMC) no fornecimento da alimentação escolar. Para montar e fornecer os kits as empresas adquiriram os gêneros alimentícios solicitados pela Secretaria Municipal de Educação, dentro da pauta do contrato originário, obedecendo às quantidades e descrição; receberam os alimentos provenientes da agricultura familiar adquiridos pela PMC, conforme determinações do FNDE. Nesse sentido, a estratégia utilizada contemplou todas as diretrizes do PNAE.	2020	UFP* UFSC*

*UFP: Universidade Federal do Paraná.

*UFSC: Universidade Federal de Santa Catarina.

Programa Nacional de Alimentação Escolar: estratégias para enfrentar a insegurança alimentar durante e após a COVID-19 RAP- Revista de Administração Pública Palavras-chave: COVID19. Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Alimentação escolar. Segurança alimentar e nutricional.	Ana Laura Benevenuto de Amorim, José Raimundo Sousa Ribeiro Junior, Daniel Henrique Bandoni.	Analisar a contribuição do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) para o enfrentamento da fome e da insegurança alimentar (IA).	Os instrumentos como kits de alimentos e/ou refeições, auxílio emergencial aos municípios com Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) baixo e muito baixo, incentivo à aquisição de alimentos da Agricultura Familiar (AF), levantamento da IA entre os alunos, a ampliação do valor repassado aos estudantes nessa situação e o atendimento durante as férias e recesso escolar permitiu ampliar a equidade dentro do programa de maneira ágil e apropriada.	2020	USP*
O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) na Pandemia COVID-19: uma revisão de literatura. SemiEdu- Anais. Sistema de Eventos Acadêmicos da UFMT. Palavras-chave: Alimentação escolar. Covid-19. Política Pública.	Francielly Karoline Aires Carlini e Ronaldo Eustáquio Feitoza Senra	Identificar, analisar e descrever como está a percepção da política pública do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), ofertado durante a pandemia Covid-19 por meio dos kits de alimentação, sob o olhar da comunidade escolar do Instituto Federal do Mato Grosso (IFMT) Campus São Vicente.	Este estudo de caso foi uma maneira de coletar informações importantes no intuito de identificar, analisar e descrever como está a percepção da política pública do PNAE, ofertado durante a pandemia Covid-19 por meio dos kits de alimentação, sob o olhar da comunidade escolar do IFMT Campus São Vicente.	2021	IFMT*

*USP: Universidade de São Paulo.

*IFMT: Instituto Federal do Mato Grosso.

Alimentação Escolar em Tempos de Pandemia: Experiência do Município de Governador Valadares. Revista Científica FACS. Palavras-chave: Alimentação Escolar. Segurança Alimentar. Pandemia Covid-19.	Giselly Fernandes Vieira Santos, Marcélia Andrade da Silva, Laís Xible Leite, Enara Cristina Silva Glória Roberto	Relatar a experiência vivida no município de Governador Valadares-MG descrevendo as medidas adotadas para a manutenção do Programa de Alimentação Escolar no período de pandemia COVID-19.	É possível notar a imprescindibilidade da manutenção do programa durante a pandemia e a relevância da preocupação dos governos em criar estratégias para viabilizar essa continuidade. Ao encontro disso, o município de Governador Valadares aderiu as orientações emitidas e realizou a distribuição de kits de alimentos aos estudantes, mantendo todas as exigências e protocolos de saúde às famílias dos alunos da rede municipal de ensino.	2021	UNIVALE*
--	---	--	--	------	----------

*UNIVALE: Universidade do Vale do Rio Doce.

Alimentação escolar no contexto de pandemia: a resignificação e o protagonismo do Programa Nacional de Alimentação Escolar. Revista Segurança Alimentar e Nutricional. Palavras-chave: COVID-19. Alimentação Escolar. Segurança Alimentar e Nutricional.	Naiara Sperandio e Dayane de Castro Morais	Apresentar e discutir o processo de resignificação e os desafios enfrentados pelo PNAE no contexto da pandemia.	Neste período de pandemia e no que a segue, em função do aumento da vulnerabilidade social, o programa assume um papel ainda mais valioso de enfrentamento da fome. Portanto, os governantes devem preservar e ampliar as ações do PNAE, principalmente enquanto perdurar as consequências desastrosas da pandemia, com complementação de recursos financeiros e valorização da produção da agricultura familiar. E as representações sociais formais e informais, bem como aos estudantes e seus familiares, cabe reconhecer as ações realizadas localmente e em nível nacional, e exigir que o PNAE seja atendido em sua essência e amplitude.	2021	UFRJ*
Execução do PNAE durante a pandemia do COVID -19: oferta de alimentos. TCC - do Curso de Nutrição. Palavras-chave: Alimentação escolar. Agricultura familiar. Covid-19.	FREITAS, Eliana Rodrigues Gurgel de.	Identificar os gêneros alimentícios, bem como a presença de alimentos da Agricultura Familiar, presentes nos kits distribuídos aos escolares durante o período de pandemia de COVID-19, nos municípios assessorados pelo Centro Colaborador em Alimentação Escolar (CECANE) no ano de 2021 no Rio Grande do Norte.	Foi de fundamental importância para auxiliar na complementação alimentar de muitas famílias de estudantes e diminuir a insegurança alimentar durante a pandemia. Constatou-se que os gêneros alimentícios mais presentes nos kits distribuídos aos escolares durante o período de pandemia de COVID-19, encontravam-se classificados como in natura/minimamente processados, ultraprocessado, ingredientes culinários. Entretanto, foram observados alguns desafios, dentre eles a dificuldade da manutenção da compra de alimento da agricultura familiar, ocasionando assim maior vulnerabilidade social, das famílias que trabalham com a agricultura familiar. Das 20 EEx* analisadas, apenas 4 EEx compraram os alimentos da agricultura familiar e Baía Formosa foi a única EEx que destinou 30% do valor total dos recursos repassados para o PNAE para alimentos da agricultura familiar. EEX- entidades executora	2022	UFRN*

*UFRJ: Universidade Federal do Rio de Janeiro.

*UFRN: Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Fonte: Elaborado pela autora

Análise das produções

Apresentamos, a seguir, a análise das produções científicas selecionadas para melhor entendimento de seu conteúdo e de que forma contribuem para a sustentação deste estudo.

Conforme o artigo **“Estratégias de Enfrentamento da Pandemia Covid-19 na Alimentação Escolar do Município de Curitiba – PR”** de autoria de Karine Oltramari, Laís dos Santos, Juliana Rodrigues Dias Guedes, Alice Freitas da Silva, Carolina Sette Barbosa Damasceno, Liziane Mery Laufer Rodrigues, Maria Rosi Marques Galvão(2020).

Este estudo objetivou descrever as estratégias utilizadas para o fornecimento da alimentação escolar no município de Curitiba, Paraná, Brasil, no contexto do enfrentamento da pandemia ocasionada pelo novo Corona vírus no ano de 2020.

De acordo com os resultados, os kits foram montados e fornecidos pelas empresas, contratadas por processo licitatório, que atendem à Prefeitura Municipal de Curitiba (PMC) no fornecimento da alimentação escolar. Para montar e fornecer os kits as empresas adquiriram os gêneros alimentícios solicitados pela Secretaria Municipal de Educação (SME), dentro da pauta do contrato originário, obedecendo às quantidades e descrição; receberam os alimentos provenientes da AF adquiridos pela PMC, conforme determinações do FNDE.

Em parceria a PMC, a Secretaria Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (SMSAN), e a SME, realizaram uma primeira ação imediata no mês de abril de 2020 que consistiu na distribuição do subsídio alimentar no valor de R\$70,00 direcionado para as famílias de estudantes matriculados na Rede Municipal de Ensino de Curitiba, e que estivesse cadastrada no Programa Bolsa Família. A partir da aquisição de produtos no Armazém da Família, equipamento público de segurança alimentar e nutricional gerenciado pela SMSAN.

Através do Armazém da Família é possível adquirir alimentos básicos a preços em média 30% mais baixos que no mercado. Logo após esta primeira ação, com aprovação da Lei no 13.987/2020, regulamentada pela Resolução CD/FNDE no 02/2020, a partir de maio de 2020 foi estruturada uma nova estratégia para a distribuição de gêneros alimentícios adquiridos com recursos do PNAE, por meio de kits de alimentação desenvolvidos pelas nutricionistas lotadas na Gerência de Alimentação do Departamento de Logística da SME, para todos os estudantes da Rede Municipal de Ensino de Curitiba.

O referencial teórico elenca Anjos (2020), Arrais (2020), ASBRAN (2020), Brasil (2020), Diniz (2020), Freitas (2020), OPAS (2020), entre outros.

A autora conclui que a estratégia utilizada contemplou todas as diretrizes do PNAE, distribuindo gêneros alimentícios básicos, seguros e que fazem parte da cultura e hábitos alimentares; utilizando estratégia de educação alimentar e nutricional também para as famílias, além do conteúdo curricular; mantendo a universalidade do Programa; contando com o acompanhamento do CAE nas ações realizadas; promovendo a aquisição de produtos da AF e garantindo a segurança alimentar e nutricional de forma igualitária, respeitando as condições de saúde dos estudantes portadores de Necessidades Alimentares Especiais (Naes).

Segundo o artigo intitulado “**Programa Nacional de Alimentação Escolar: estratégias para enfrentar a insegurança alimentar durante e após a COVID-19.**” Autoria de Ana Laura Benevenuto de Amorim, José Raimundo Sousa Ribeiro Junior e Daniel Henrique Bandoni (2020).

O sentido de nossa exposição foi demonstrar como instrumentos como kits de alimentos e/ou refeições, auxílio emergencial aos municípios com IDH baixo e muito baixo, incentivo à aquisição de alimentos da AF, levantamento da IA entre os alunos e ampliação do valor repassado aos estudantes nessa situação e o atendimento durante as férias e recesso escolar permitem ampliar a equidade dentro do programa de maneira ágil e apropriada.

A necessidade de isolamento social também evidenciou que a ampliação do acesso à alimentação para além dos dias letivos, apesar de elevar os gastos do PNAE, tem alto potencial de efetividade na promoção da segurança alimentar e nutricional entre crianças e adolescentes em todo o país. Desse modo, entendemos que os desafios impostos pela pandemia (e suas consequências econômicas e sociais) para a execução do programa devem ser encarados, ao mesmo tempo, como um chamado para um debate mais amplo e profundo sobre o sentido e como o significado da alimentação escolar num país com altos índices de insegurança alimentar.

Os principais referenciais teóricos utilizados pelo autor estão listados em Assis (2017), Bickel (2000), Castro (2018), Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (BRASIL, 2000), Ministério da agricultura, pecuária e abastecimento (BRASIL, 2020e), Peixinho (2003-2010) entre outros.

O artigo intitulado “**O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) na Pandemia COVID-19: Uma Revisão de Literatura**”, de autoria Francielly Karoline Aires Carlini e Ronaldo Eustáquio Feitoza Senra.

O presente trabalho, na forma de revisão de literatura, apresenta e discute a política pública do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no seu contexto histórico e da pandemia COVID-19, visando demonstrar a importância da realização da pesquisa proposta para a elaboração da dissertação de mestrado a qual será intitulada de “O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) na Pandemia COVID-19: um Estudo de Caso Sob o Olhar da Comunidade Escolar” no programa de pós-graduação stricto sensu em ensino (PPGEN), do Instituto Federal do Mato Grosso (IFMT) em parceria com a Universidade de Cuiabá (UNIC).

Baseado nesta revisão e considerando o PNAE como uma política pública que tem por objetivo contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de hábitos saudáveis dos estudantes, percebe-se a importância de se realizar essa pesquisa sobre a política pública do PNAE.

Essa pesquisa envolveu os estudantes, que são os principais beneficiários do programa, bem como os servidores que estão vivenciando essas mudanças de oferta do programa nesse momento pandêmico.

Através dessa pesquisa foi possível proporcionar reflexões sobre o quanto essa política pública precisa ser vista e valorizada pelos governantes, pelos gestores públicos, pelos beneficiários e pela sociedade civil.

Este programa de alimentação escolar é reconhecido internacionalmente por ser um dos principais programas que contribuiu com o Direito Humano à Alimentação Adequada e com a Segurança Alimentar e Nutricional, e neste período de pandemia se torna ainda mais importante no enfrentamento da fome e das desigualdades sociais.

Os principais referenciais teóricos utilizados pelo autor estão listados em Sperandio (2021), Brasil (2021), Bicalho (2020), Santos, et al. (2021), IFMT (2021), FNDE (2021), entre outros.

Segundo o artigo intitulado **“Alimentação Escolar em Tempos de Pandemia: Experiência do Município de Governador Valadares”** de autoria de Giselly Fernandes Vieira Santos, Marcélia Andrade da Silva, Laís Xible Leite, e Enara Cristina Silva Glória Roberto (2021). A partir da publicação da Lei nº 13.987/2020, que autorizou excepcionalmente a distribuição direta de alimentos aos pais/responsáveis dos alunos, o município realizou, através de processo licitatório e chamada pública, a compra de kits de alimentos compostos por gêneros constantes dos cardápios praticados, sendo alimentos básicos não perecíveis e alimentos adquiridos da AF, beneficiando todos os 20.741 estudantes matriculados nas 65 unidades escolares da zona urbana e rural da cidade. Ao todo foram realizadas 06 entregas (02 de kits da agricultura familiar e 04 de kits de alimentos básicos), tendo sido distribuídos mais de 110 mil kits, significando em torno de 1.500 toneladas de alimentos.

Entre as medidas adotadas, o isolamento e o distanciamento social causaram um grande impacto na vida em sociedade, sendo permitido o funcionamento normal somente das atividades consideradas essenciais e gerando a paralisação de diversos setores, entre eles a educação escolar. Com a suspensão das aulas presenciais, além do ensino que ficou prejudicado, houve o comprometimento de outra importante função desempenhada pelas escolas, a oferta de alimentação através do PNAE.

Quanto à metodologia, trata-se de um estudo do tipo relato de experiência sobre a execução do PNAE no município de Governador Valadares durante a pandemia COVID-19.

Principais referenciais teóricos utilizados estão Amorim (2020), Brasil (2020), Brasil (2021), Gurgel (2020), Kroth (2020), Oliveira (2020) entre outros.

Neste estudo a autora conclui que a alimentação escolar é um direito de todos os alunos matriculados na rede pública de ensino brasileiro. Devendo ser ofertada todos os dias nas escolas, durante todo o período letivo, com qualidade e adequação nutricional. Uma refeição nutritiva e equilibrada é um dos pilares para uma vida saudável e favorece o crescimento e desenvolvimento adequado dos alunos, além de contribuir para um melhor aprendizado.

O PNAE é considerado um dos maiores programas na área de alimentação escolar no mundo e o único com atendimento universalizado (FNDE, 2021). Dessa forma, o programa exerce um papel importantíssimo no combate à insegurança alimentar e a fome no país. Especialmente neste momento que vivenciamos, com o isolamento social sendo uma das principais medidas para o controle da doença e o consequente fechamento das escolas, restringindo bastante o acesso a uma alimentação de qualidade por parte das crianças pertencentes às classes sociais mais vulneráveis.

Assim, é possível notar a imprescindibilidade da manutenção do programa durante a pandemia e a relevância da preocupação dos governos em criar estratégias para viabilizar essa continuidade. Ao encontro disso, o município de Governador Valadares aderiu às orientações emitidas e realizou a distribuição de kits de alimentos aos estudantes, mantendo todas as exigências e protocolos de saúde às famílias dos alunos da rede municipal de ensino.

Em conformidade com o artigo **“Alimentação Escolar no Contexto de Pandemia: a ressignificação e o protagonismo do Programa Nacional de Alimentação Escolar”** de autoria de Naiara Sperandio e Dayane de Castro Morais (2021). O mesmo aborda as principais mudanças ocorridas com a promulgação da Lei nº 13.987/2020, regulamentada pela Resolução CD/FNDE nº 02/2020, que autorizou, em caráter excepcional, durante o período de suspensão das aulas, a distribuição de gêneros alimentícios adquiridos com recursos do programa às famílias dos estudantes. Além disso, apresenta as modalidades adotadas pelas EEx. e as atribuições dos diferentes atores de alimentação escolar do país, no contexto da pandemia, destacando seus reflexos na segurança alimentar e nutricional deste público.

Quanto à metodologia, o presente artigo, na forma de uma revisão, apresenta e discute o processo de ressignificação e os desafios enfrentados pelo PNAE no contexto da pandemia de COVID-19. Buscou-se discutir, baseando-se na pesquisa bibliográfica e documental, no site oficial do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e do Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (FBSSAN) para acesso as principais mudanças no modus operandi do programa, nesse momento histórico, no qual a garantia do acesso à alimentação adequada é imperativo. Além de busca não sistemática de matérias e notícias jornalísticas sobre o tema em questão.

O PNAE é internacionalmente reconhecido por contribuir com a garantia da segurança alimentar e nutricional e do Direito Humano à Alimentação Adequada e Saudável de milhões de estudantes.

Neste período de pandemia e no que a segue, em função do aumento da vulnerabilidade social, o programa assume um papel ainda mais valioso no enfrentamento da fome. Portanto, os governantes devem preservar e ampliar as ações do PNAE, principalmente enquanto perdurar as consequências desastrosas da pandemia, com complementação de recursos financeiros e valorização da produção da AF. E às representações sociais formais e informais, bem como aos estudantes e seus familiares, cabe reconhecer as ações realizadas localmente e em nível nacional, e exigir que o PNAE seja atendido em sua essência e amplitude.

Principais referenciais: Maluf (2020), Peixinho (2013), Brasil (2020), Conselho Regional de Nutricionistas (2010), entre outros.

Conforme o artigo mostra a questão da **“Execução do PNAE durante a pandemia do COVID -19: oferta de alimentos”** de autoria de Eliana Rodrigues Gurgel de Freitas (2022), tem como objetivo identificar os gêneros alimentícios, bem como a presença de alimentos da Agricultura Familiar, presentes nos kits distribuídos aos escolares durante o período de pandemia de COVID-19, nos municípios assessorados pelo CECANE/UFRN no ano de 2021 no Rio Grande do Norte.

A metodologia utilizada no presente trabalho consiste em uma pesquisa de caráter descritivo, que utilizou os dados disponibilizados pelo Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição Escolar da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - CECANE/UFRN para identificar a composição dos kits distribuídos aos escolares, em virtude da pandemia do COVID-19, nos municípios do estado do Rio Grande do Norte, assessorados por esse centro no ano de 2021.

O CECANE/UFRN realiza atividades de monitoramento e assessoria às EEx. do Rio Grande do Norte, desde 2016, com o objetivo de aprimorar a execução do PNAE a nível municipal e estadual (BRASIL, 2021). Esse centro disponibilizou os dados compilados num banco de dados para serem utilizados em pesquisas e novas ações dentro do contexto do PNAE.

A seleção dos municípios para serem assessorados pelo CECANE/UFRN é feita pela COMAV/CGPAE-FNDE, conforme dados extraídos dos sistemas: Sistema de Gestão de Conselhos (SiGECON), Sistema de Gestão de Prestação de Contas (SiGPC), Sistema Integrado de Gestão da Alimentação Escolar (SIGAE), Sistema Integrado de Gestão Financeira (SIGEF), Sistema de Vigilância e Alimentação Nutricional (SISVAN), utilizando inúmeros critérios de gestão positiva e/ou negativa, conforme as diretrizes do PNAE.

Portanto, foram utilizados os dados coletados pelas agentes do PNAE no ano de 2021, de relatórios elaborados e de documentos analisados durante as assessorias realizadas pelo CECANE/UFRN. Foram obtidas as seguintes informações necessárias para realização dessa pesquisa: a) Registros fotográficos dos kits montados pelas EEx. b) Lista de assinaturas dos responsáveis que foram obter os kits distribuídos para identificar a média de alunos contemplados com os kits; c) Entidades executoras que compraram da Agricultura Familiar.

Após a aquisição dos dados, foi realizada uma análise para identificação dos alimentos adquiridos para composição dos kits e elaboração de uma lista com os gêneros adquiridos. Com a lista foi possível identificar e classificar os alimentos segundo o nível de processamento conforme a classificação de Monteiro et al. (2010), usando a ferramenta do IQ COSAN (FNDE, 2022).

Quando não foi possível classificar o alimento por essa ferramenta 14, utilizou-se o aplicativo Desrotulando[®] (<https://desrotulando.com/>).

Além disso, com a análise dos documentos também foi possível relacionar quais alimentos eram provenientes da AF; por fim os resultados foram apresentados em valores absolutos e percentuais, analisados e discutidos de forma qualitativa, de acordo com a Resolução CD/FNDE nº 06, de 08 de maio de 2020, Resolução/CD/FNDE nº 02/2020 e apresentados em forma de tabelas e imagens.

Os principais referenciais teóricos utilizados pelo autor estão listados em Brasil (2020), Brasil (2022), Bicalho (2020), Bezerra (2020), Nogueira (2020), OPAS (2020), OMS (2022), entre outros.

A autora conclui que durante o período de pandemia ocorreram mudanças no processo de funcionamento do PNAE com a realização de ações temporárias para atender a comunidade escolar. O que foi de fundamental importância para auxiliar na complementação alimentar de muitas famílias de estudantes e diminuir a insegurança alimentar durante a pandemia.

Constatou-se que os gêneros alimentícios de maior prevalência presentes nos kits distribuídos aos escolares durante o período de pandemia de COVID-19, encontravam-se classificados como in natura/minimamente processados, ultra processados e ingredientes culinários. Entretanto, foram observados alguns desafios, dentre eles a dificuldade da manutenção da compra de alimento da AF, ocasionando assim maior vulnerabilidade social, das famílias que trabalham com a agricultura familiar.

Este trabalho mostra a importância do PNAE para toda a comunidade escolar e contribui para a compreensão de possibilidades e desafios das ações de execução do PNAE durante o período de calamidade pública. Nesse sentido, é importante a realização de novas pesquisas que possam avaliar os impactos das ações do PNAE durante a pandemia de COVID-19, para desenvolver intervenções e melhorias no programa, além de traçar novas estratégias para períodos de calamidade pública.

Ao analisar os artigos percebemos que em todas as situações houve primeiramente o comprometimento da oferta da alimentação saudável, suprimindo as necessidades essenciais durante o período das atividades escolares de forma remota e conseqüentemente a garantia desse direito conforme a Constituição Federal.

Considerações finais

No início de 2020 iniciou uma pandemia que se espalhou para o mundo inteiro de uma doença chamada de novo Corona vírus, levando a população ao isolamento social para conter a contaminação em massa das pessoas. Devido ao isolamento, vários setores foram afetados, inclusive o educacional.

Através da análise realizada nas publicações científicas, observamos que os estudos referentes ao tema deste trabalho são bastante restritos, pois a pandemia causou impactos em todos os setores da sociedade principalmente a educação e a alimentação escolar.

A alimentação escolar é um direito de todos os alunos matriculados na rede pública de ensino brasileiro. Devendo ser ofertada todos os dias nas escolas, durante todo o período letivo, com qualidade e adequação nutricional.

Para dar continuidade no processo de aprendizagem as aulas passaram a ser remotas e a alimentação através da oferta de kits de alimentos distribuídos aos discentes da educação básica.

Assim, é possível notar a imprescindibilidade da manutenção do Programa de Alimentação Escolar (PNAE), durante a pandemia e a relevância da preocupação dos governos em criar estratégias para viabilizar essa continuidade.

Sendo está uma temática recente na literatura, com poucos estudos em nível nacional realizados até o momento, existe um vasto campo de investigação, principalmente na EPT.

Espera-se que esta pesquisa possibilite maior visibilidade no meio acadêmico para que mais estudos sobre a “A organização na oferta e distribuição dos kits de alimentos durante a pandemia: panorama das pesquisas no contexto da educação profissional e tecnológica” possam

se concretizar, proporcionando possibilidades para realização de novos trabalhos contribuindo para a pesquisa científica.

Referências

AMORIM, A.L.B de; RIBEIRO JUNIOR, J.R.S; BANDONI, D.H. **Programa Nacional de Alimentação Escolar: estratégias para enfrentar a insegurança alimentar durante e após o Covid-19**. Revista de Administração Pública. 2020. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/81770>.

BICALHO, D.; LIMA, T. de M. **O Programa Nacional de Alimentação Escolar como garantia do direito à alimentação no período da pandemia da COVID19**. DEMETRA: Alimentação, Nutrição & Saúde, [S.l.], v. 15, p. e52076, out. 2020. ISSN 2238-913X. Disponível em: Acesso em: 01 abr. 2021.

BRASIL. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. **Lei Orgânica da Segurança de Segurança Alimentar e Nutricional**.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal. 1988.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Guia Alimentar para a População Brasileira**. Brasil, 2014.

BRASIL. **Resolução nº 2, de 9 de abril de 2020**, dispõe sobre a execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE durante o período de estado de calamidade pública. Diário oficial. 2020a. 9, abril.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 13.987, de 07 de abril de 2020**. Altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para autorizar, em caráter excepcional, durante o período de suspensão das aulas em razão de emergência ou calamidade pública, a distribuição de gêneros alimentícios adquiridos com recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) aos pais ou responsáveis dos estudantes das escolas públicas de educação básica. Diário Oficial da União 2020b; 7 abril

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Recomendações para a execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar no retorno presencial às aulas durante a pandemia da COVID-19: Educação Alimentar e Nutricional e Segurança dos Alimentos**. Brasília: Ministério da Educação; 2020c.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Recomendações para a execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar no retorno presencial às aulas durante a pandemia da COVID-19: Educação Alimentar e Nutricional e Segurança dos Alimentos**. Brasília: Ministério da Educação; 2020d.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Ministério da Educação. **Orientações para a execução do PNAE durante a situação de emergência decorrente da pandemia do coronavírus (COVID-19)**. Brasília: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; 2020.

PEREIRA, A.S., CAMPOS, F.M., SANTOS, C.R.B, LIMA, E.C.S., MOCELLIN, M.C., SERRA, G.M., et al. **Desafios na execução do programa nacional de alimentação escolar durante a pandemia pela COVID-19** Brazilian Journal of Development v.6, n.8, p. 63268-63282, 2020

CARLINI, F. K. A.; SENRA, R. E. F. **O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) na Pandemia Covid-19: uma Revisão de Literatura**. In: ANAIS PRINCIPAIS DO SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO, 29, 2021, Cuiabá. Anais [...]. Porto Alegre: Sociedade Brasileira de Computação, 2021. p. 2209-2221. ISSN 2447-8776

MARQUEZA, N.L.P.; SAVEGNAGO, C.L. **O mestrado profissional no contexto da formação continuada e o impacto na atuação dos profissionais da educação**. Revista Internacional de Educação Superior, Campinas, SP, v. 6, p. e 020011, 2019. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/riesup/article/view/8654993>. Acesso em: 22 set. 2022.

MOROSINI, M.C. **Estado de conhecimento e questões do campo científico**. Revista da Educação. Santa Maria, v. 40, n. 1, p. 101-116, jan./abr. 2015.

OLTRAMARI, K., et al., **Estratégias de enfrentamento da pandemia covid-19 na alimentação escolar do município de Curitiba – pr**. *Revista Contexto & Saúde*, 20(41), 80–89, 2020. <https://doi.org/10.21527/2176-7114.2020.41.80-89>

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. (OPAS) **Folha informativa – COVID-19 (doença causada pelo novo coronavírus)**. [internet]. 2020.

REIS, A.C.B; CASTILHO, ML; MARIANO, A.P.M; Bias, E.S. **Brazilian school feeding during the COVID-19 pandemic**. 2020. <https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.79>.

SANTOS, G.F.V.; et al. **Alimentação Escolar em Tempos de Pandemia: Experiência do Município de Governador Valadares**, Governador Valadares, MG, 2021.

SOARES, M., MACIEL, F. **Alfabetização – Série Estado do Conhecimento**. Brasília: MEC/ INEP, 2000).

SPERANDIO, N.; MORAIS, D. C. **Alimentação escolar no contexto de pandemia: a ressignificação e o protagonismo do Programa Nacional de Alimentação Escolar. Segurança Alimentar e Nutricional**, v. 28, n. 00, p. e 021006, 2021. DOI: 10.20396/san.v28i00.8661396. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/san/article/view/8661396>.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). **Coronavirus disease (COVID-2019)** situation report 121. Geneva: World Health Organization, 2020